



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça
Assessoria de Comunicação**

Clipping Impresso

Terça, 04 de fevereiro de 2014

Presidente do TJMA se reúne com magistrados e advogados da Região Tocantina



A desembargadora Cleonice Freire, cumpriu agenda de trabalho de dois dias em Imperatriz, onde se reuniu com autoridades e visitou a Casa da Criança da cidade.

Em reunião de trabalho com o diretor do fórum da Imperatriz, Delvan Tavares, e os juízes da comarca, na noite de quinta-feira (30), a presidente do TJMA tratou de assuntos administrativos e recebeu sugestões de medidas visando ao aprimoramento dos serviços judiciários.

Entre os assuntos discutidos estão a gravação eletrônica de audiências, a necessidade de mais servidores nas unidades jurisdicionais com elevado número de processos, e espaço físico para o desempenho das atividades de magistrados e servidores.

Na oportunidade, a presidente anunciou como metas da gestão o avanço na implantação do processo eletrônico, o incentivo à prática

da conciliação e o aparelhamento de varas e juizados. A diretora Judiciária do TJMA, Denyse Reis, também participou da reunião.

“A Justiça de primeiro grau é que recebe o impacto da demanda processual e o primeiro contato do jurisdicionado é com o juiz. É preciso estruturar varas e juizados para que possamos prestar bons serviços”, disse a presidente.

FÓRUM - No dia 31, a agenda de trabalho começou com uma visita à nova sede do fórum, que está sendo construída pelo TJMA no bairro Universidade, já com parte da estrutura erguida. A desembargadora visitou o canteiro de obras acompanhada do desembargador Bayma Araújo e dos direto-

res Hebert Leite (Geral) e Arnor Machado (Engenharia).

Na mesma data, a desembargadora visitou as instalações da “Casa da Criança”, instituição municipal parceira da Vara da Infância e Juventude de Imperatriz, que abriga e presta assistência a 22 crianças que estão sob a custódia da Justiça, no bairro Beira-Rio. A programação se estendeu até o bairro da Cema, na periferia da cidade, onde o Tribunal de Justiça pretende desenvolver ações na área da infância e juventude, junto à comunidade local.

OAB - A presidente recebeu a visita do advogado Erno Sorvos, presidente da subseção da OAB de Açailândia - quarta maior comarca do Estado - que solicitou à presidente do TJMA a construção de nova sede para o Poder Judiciário local, a instalação da comarca de Cidelândia e a designação de um juiz titular para a comarca de Itinga. Também participou da visita o presidente da Associação Comercial de

Açailândia, Gildásio de Alcântara.

O presidente da OAB de Imperatriz, Malaquias Neves, solicitou a instalação de mais uma Vara da Fazenda Pública na comarca, visando à celeridade no andamento dos processos dessa natureza.

A programação da comitiva do TJMA em Imperatriz foi encerrada com a visita do prefeito Sebastião Madeira ao fórum. O gestor discutiu com a presidente Cleonice Freire proposta de parceria do Judiciário com o Executivo Municipal, na área da infância e juventude.

O juiz Márlon Reis (comarca de João Lisboa), coordenador do planejamento estratégico, participou da visita da presidente do TJMA e informou que serão realizadas reuniões com os juízes e servidores para discussão dos critérios de concessão da Gratificação por Produtividade Judiciária em 2014. A primeira delas está marcada para ao dia 12, na comarca de Pinheiro.

Em Imperatriz

Durante sua rápida visita a Imperatriz, na semana passada, a presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargadora Cleonice Freire, teve encontro com juízes, representantes da OAB da região tocantina e o prefeito do município, Sebastião Madeira. E ainda conseguiu uma brecha na agenda para visitar a Casa da Criança da cidade, instituição municipal parceira da Vara da Infância e Juventude de Imperatriz, que abriga e presta assistência a 22 crianças que estão sob a custódia da Justiça.

Na reunião de trabalho com o diretor do fórum da Imperatriz, Delvan Tavares, e os juízes da comarca, a presidente do TJMA discutiu, entre outros assuntos não menos importantes, a gravação eletrônica de audiências, a necessidade de mais servidores nas unidades jurisdicionais com elevado número de processos, e espaço físico para o desempenho das atividades de magistrados e servidores.

Cleonice Freire anunciou como metas da gestão o avanço na implantação do processo eletrônico, o incentivo à prática da conciliação e o aparelhamento de varas e juizados.

IBDFAM se reúne para definir metas de atuação no Maranhão



Membros se reuniram para tratar da divulgação local da entidade

Membros da secção maranhense do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) estiveram reunidos nesta segunda-feira (03), para tratar das metas e objetivos de divulgação local da entidade, que atua em todos os estados e no Distrito Federal, acompanhando as demandas da sociedade na área de Direito de Família e buscando atendê-las com estudos, reflexões e alterações na legislação.

Participaram do primeiro encontro a advogada Bruna Barbieri (presidente do IBDFAM-MA), o desembargador Lóurival Serejo (vice-presidente), a procuradora de Justiça Mariléa Costa (diretora), Thyenes Correa (conselheira fiscal) e Eduardo Correa (tesoureiro).

Segundo Bruna Barbieri, o Instituto reúne mais de seis mil profissionais de di-

versas áreas envolvidas com o Direito de Família, como advogados, juízes, psicólogos, assistentes sociais e conselheiros tutelares, em torno da discussão e estudo de questões modernas, jurídicas ou não, servindo como um canal para troca de experiências.

"No Maranhão, trabalhamos para que esse canal funcione para discutirmos as questões mais relevantes e contemporâneas referentes à família", explica.

Para a diretora Mariléa Costa, o órgão pretende atingir assistentes sociais, psicólogos, analistas judiciários e assessores que lidam com demandas familiares.

"O objetivo é divulgar o trabalho do instituto e buscar informações sobre as mudanças nas questões de família, desde a Constituição Federal de 88", informa.

EMAIS

- **A presidente** do Judiciário, desembargadora Cleonice Freire, e a procuradora-geral de Justiça, Regina Rocha, estavam lado a lado na reabertura do Legislativo.
- **Pelo menos** 15 deputados, dos mais diversos partidos e blocos partidários, não compareceram à sessão de reabertura da Assembleia Legislativa.
- **Muito discreto**, o secretário estadual de Planejamento, João Bringel, acompanhou o chefe da Casa Civil, João Abreu, na entrega da mensagem ao Legislativo.
- **Líderes de** entidades empresariais ligadas à indústria lamentaram ontem a morte do empresário William Nagem, que foi diretor da Fiema.
- **Nos bastidores** do Legislativo é forte a movimentação para a ainda improvável eleição indireta de governador.

Dívidas de IPTU poderão ser negociadas nos centros de conciliação de São Luís

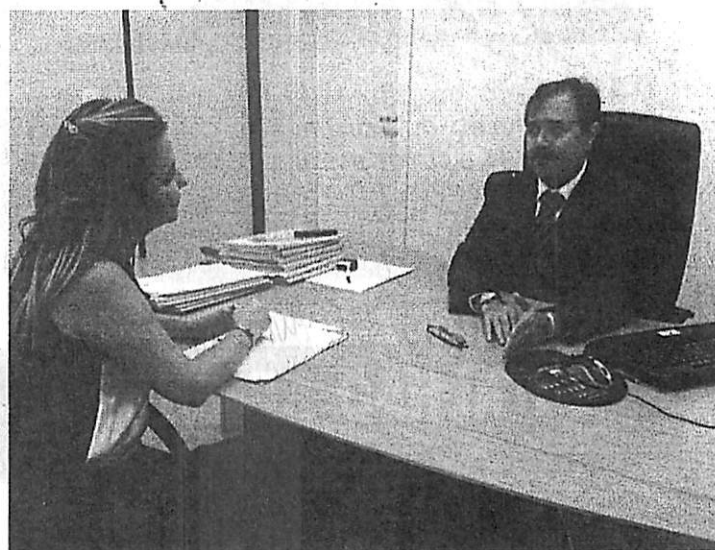
O Município de São Luís buscou o Centro de Conciliação do Fórum Des. Sarney Costa para firmar acordos em ações referentes a IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). São processos que tramitam nas Varas da Fazenda Pública exclusivas de execução fiscal. A primeira reunião para tratar do assunto ocorreu nesta quarta-feira (29), entre o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, e a procuradora fiscal do Município, Anne Karole Fontenelle de Brito.

Tramitam atualmente nas três Varas da Fazenda Pública exclusivas de execução fiscal (8ª, 9ª e 10ª varas) cerca de 20 mil processos referentes ao município, sendo que aproximadamente 80%

desse total são relativos a IPTU. O coordenador do núcleo e a procuradora do município ainda vão se reunir com os juízes titulares dessas unidades judiciárias para discutir sobre o assunto.

Segundo Alexandre Abreu, a situação de inadimplência no pagamento do IPTU prejudica o próprio dono do imóvel, pois, conforme explica o magistrado, impossibilita a transferência formal do bem e eventuais acessos a linhas de financiamentos imobiliários, inclusive para reformas.

De acordo com o coordenador do núcleo, a proposta de se realizar audiências no Centro de Conciliação visa à busca de acordo entre os contribuintes inadimplentes e o município, para que os proprietários de



Juiz Alexandre Abreu e a procuradora, Anne Karole Fontenelle de Brito imóveis possam regularizar a situação dentro da sua capacidade de pagamento.

Anne Karole Fontenelle ressaltou que o Município de São Luís tem buscado várias formas de compor com os contribuintes, inclusive com benefícios de isenção de juros e multas dos débitos tributários. "A parceria com o

Centro de Conciliação trará benefícios para a população, ajudará a desafogar as Varas da Fazenda Pública com a resolução desses processos judiciais, fazendo também com que o município possa cumprir seu papel de agente de transformação social", acrescentou a procuradora fiscal.

Ponto Final

A juíza Leuman de Moura, da 1ª Vara Criminal de São Luís, deu liminar de soltura para dois bandidos que atearam fogo no ônibus em que morreu a menina Ana Clara.



Os presidentes Cleonice Freire (TJMA) e Arnaldo Melo (AL) e o chefe da Casa Civil, João Abreu, em solenidade na Assembleia

Roseana ressalta o crescimento do estado em mensagem à AL

Mensagem da governadora foi lida pelo chefe da Casa Civil, João Abreu, na abertura dos trabalhos da Casa, ontem; Câmara de São Luís também abriu ano. **Política 3 e 5**

Arnaldo Melo pede unidade de Poderes na reabertura de trabalhos legislativos

Secretário-chefe da Casa Civil, João Abreu, foi quem conduziu mensagem da governadora Roseana Sarney; Melo abriu os trabalhos da Assembleia no ano



Presidente Arnaldo Melo (centro) dá início às atividades do Legislativo estadual em sessão solene no plenário da Casa

Gilberto Léda
Da editoria de Política

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Arnaldo Melo (PMDB), conclamou ontem, durante a sessão de instalação dos trabalhos na Casa para o período legislativo de 2014, todos os Poderes constituídos a atuarem em harmonia, destacando que a parceria com o Executivo e o Judiciário foi a tônica nos três primeiros anos de sua gestão à frente do Legislativo estadual.

"Esta Casa, durante a nossa gestão de três anos à frente da Mesa Diretora, com o apoio de todos os deputados, sempre procurou manifestar e concretizar a ideia de harmonia e de relação entre os Poderes. Foi assim durante os três anos e assim será durante 2014, o último ano desta Legislatura", afirmou.

O peemedebista destacou, ainda, o papel do legislador dentro do que chamou de "triade dos Poderes". Segundo ele, o controle e a fiscalização da arrecadação e dos gastos dos impostos pagos pelos cidadãos é a prerrogativa mais fundamental dos parlamentares.

"O Poder Legislativo tem a representatividade legitimada nas urnas de quatro em quatro anos e tem a responsabilidade de ser o representante do povo. Fazemos o controle e a fiscalização do Poder que tem a prerrogativa de arrecadar recursos dos nossos impostos. Desta forma, está desenhada a triade dos Poderes, o Legislativo com a sua representatividade, onde cada cidadão se encontra aqui neste momento por nós representados, princípio do 1º artigo da Constituição", lembrou.

A sessão solene foi acompanhada por membros dos três Poderes. Pelo Governo do Estado, esteve presente o secretário de Estado Chefe da Casa Civil, João Abreu, representando a governadora Roseana Sarney, ambos do PMDB. O prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior (PTC) foi representado pelo vice-prefeito, Roberto Rocha (PSB). A presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freira, e a procuradora-geral de Justiça, Regina Rocha, também compuseram a mesa, que contou, ainda, com membros do Exército e da Aeronáutica.

"Temos imensa honra e satisfação de recebê-los nesta Casa, nesta tarde de trabalho", saudou Arnaldo Melo, que concedeu a palavra a João Abreu, para a leitura de mensagem da governadora Roseana e depois pronunciou-se aos presentes.

Em seu discurso, ele fez menção à recente declaração da peemedebista, ao afirmar que o Maranhão é um estado rico. Para Melo, a sentença é verdadeira.

"Nós temos um Estado forte, de um povo forte. O Maranhão é um Estado rico, sim, que tem suas dificuldades também. Mas nós, homens e mulheres maranhenses, estamos prontos para superá-las. Superaremos cada dificuldade que aparecer. Nós somos um ente federado, somos um dos estados brasileiros com maior potencial, nossas dificuldades no desenvolvimento social são questões que levaríamos horas para emitirmos opiniões", completou.

Desfile - A 4ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Maranhão foi aberta com uma cerimônia militar, que ocorreu às 16h, com o hasteamento do Pavilhão Nacional, ao som da Banda de Música do Corpo de Bombeiros. O hasteamento das bandeiras Nacional, do Maranhão e de São Luís ficou a cargo das militares do Gabinete Militar da Assembleia.

Mais

Para o líder do Bloco Parlamentar pelo Maranhão, deputado Roberto Costa (PMDB), os parlamentares saberão "balancear" a atividade parlamentar com os compromissos de campanha este ano. "Este ano, sabemos das eleições para os cargos de governador, senador e deputados federais e estaduais. É um ano diferenciado, por conta desses compromissos eleitorais, mas eu acredito que temos condições de balancear todos esses compromissos, chegando a um consenso para que nenhuma das nossas obrigações enquanto parlamentares fique sobrestada por objetivos eleitorais", concluiu.

Escortado pela Cavalaria da Polícia Militar do Estado do Maranhão, o presidente da Assembleia Arnaldo Melo passou em revista a tropa, acompanhado do comandante da Guarda de Honra, capitão Walber Benedito dos Santos Martins, e se dirigiu ao parlatório para assistir ao desfile, acompanhado de deputados e autoridades.

Após a revista, a Guarda de Honra do Corpo de Bombeiros do Maranhão desfilou em homenagem ao presidente da casa, ao som da Banda do Corpo de Bombeiros Militar.

O vice-presidente da Casa, deputado Max Barros (PMDB), acredita em ano movimentado na Assembleia Legislativa, mesmo com as eleições gerais de outubro.

"Não acredito que o ritmo de trabalho diminua. A atual composição da Casa já mostrou ser comprometida e dará mais uma vez provas disso ao conduzir com sabedoria e, principalmente, assiduidade, os trabalhos legislativos", afirmou.

“

É com este espírito, de trabalho constante e de harmonia com os Poderes, que reiniciamos mais esta etapa

Arnaldo Melo, presidente da Assembleia Legislativa

Caso Décio Sá: Promotor garante ter provas suficientes contra acusados



Promotores Benedito de Jesus Nascimento Neto, Haroldo Paiva de Brito e Rodolfo Soares dos Reis em coletiva

O juiz Osmar Gomes, que irá conduzir o julgamento de dois dos acusados de envolvimento no assassinato do jornalista Décio Sá, concedeu uma entrevista coletiva, na manhã de ontem, antes de iniciar o julgamento do assassinato do confesso Jhonathan de Sousa Silva e Marcos Bruno Silva de Oliveira, acusados de envolvimento no crime.

Segundo o juiz, o julgamento irá durar três dias, devido à complexidade do caso. Ao todo, serão ouvidas 11 testemunhas, cinco de acusação e seis de defesa. Dessas testemunhas, há três acusados de participar do crime.

Os dois acusados que serão julgados nestes três dias (3, 4 e 5 de fevereiro) estão indo logo a júri popular porque não entraram com recurso contra a decisão da Justiça. Segundo o juiz Osmar Gomes, os demais envolvidos na morte de Décio Sá entraram com recurso e o resultado definirá se irão a júri ou não. Ainda não há uma data certa para a decisão sair.

Quanto ao caso do advogado Ronaldo Henrique Santos Ribeiro, que está entre os acusados, mas foi impronunciado pelo Ministério Público por não haver provas suficientes, pode-

rá ainda ser pronunciado novamente, caso apareça alguma prova contra ele no decorrer do julgamento de Jhonathan e Marcos Bruno.

Segundo o promotor de Justiça, Haroldo Paiva, um dos três promotores que participam do julgamento, outras pessoas, também, podem ser acusadas de participação no crime ao longo das investigações que continuam. "No momento, as provas existentes são contra os onze que foram pronunciados. Mas as investigações continuam e podem aflorar outros acusados", afirma o promotor.

Os promotores disseram que se "familiarizaram" com os autos muito bem. De acordo com Haroldo Paiva, os três fizeram reuniões intensas, e todos têm alta experiência e competência para atuar nesse caso tão complexo. Paiva disse, ainda, que a promotoria tem "provas suficientes" contra os acusados.

Os promotores que participam do caso são: Rodolfo Soares dos Reis, Haroldo Paiva de Brito e Benedito de Jesus Nascimento Neto.

O julgamento de Jhonathan e Marcos Bruno teve início ontem e está previsto para terminar na quarta-feira (5).

Apreendido em Codó jovem suspeito da morte de Smith

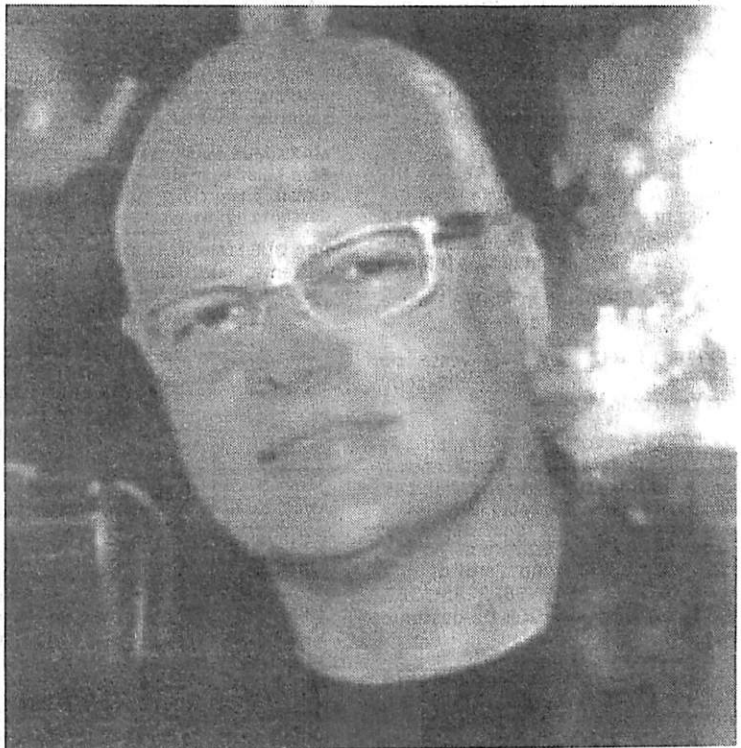
Adolescente, de 16 anos, é ainda suspeito de outros crimes em São Luís. Ele era fugitivo de uma Unidade de Ressocialização

CODÓ - A Polícia Militar de Codó apreendeu mais um suspeito de envolvimento no assassinato do empresário Daniel Smith. O adolescente, de 16 anos, também é suspeito de outros assassinatos. Ele morava em Codó havia quase um mês.

Segundo o subcomandante da PM de Codó, capitão Ricardo de Carvalho, a polícia recebeu informação de que o adolescente, fugitivo da Unidade de Ressocialização Alto da Esperança, em São Luís, estava na casa de uma tia que mora naquela cidade, no bairro Nova Jerusalém.

Para o capitão Ricardo, ele é um jovem perigoso. "Ele cometeu latrocínio e também já participou de outros crimes na capital. Segundo informações, ele já cometeu três homicídios e um latrocínio", explicou o militar.

Segundo a polícia, o rapaz é o quarto envolvido na morte do ex-assessor de uma desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão, Daniel Prado Smith. O crime aconteceu no dia 4 de se-



Arquivo

Daniel Prado Smith foi vítima de latrocínio em setembro, em SL

tembro de 2013. Os demais suspeitos de envolvimento no crime morreram. O apreendido foi en-

tregue na Delegacia Regional, que providenciará sua transferência para São Luís.

Saiba mais

No júri popular, pessoas ligadas à comunidade onde ocorreu o crime são recrutadas de uma lista do judiciário para julgar o caso. Normalmente, 25 pessoas são convocadas para formar um júri. No caso Décio, a Justiça ordenou a convocação de 20 pessoas para evitar falta de quórum - é necessário que, ao menos, 15 pessoas compareçam no dia do julgamento. Depois dos depoimentos, da apresentação das provas e dos debates, os jurados votam em uma sala secreta.

Sindicato instituiu advogado para acompanhar sessões

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Luís (Sinjor/SLZ) instituiu o criminalista João Damaceno para atuar como assistente do Ministério Público durante o julgamento de Jhonatan de Sousa Silva, assassino confesso do jornalista Décio Sá, e Marcos Bruno Silva de Oliveira, apontado como piloto de fuga do pistoleiro. A entidade acredita que os réus serão condenados e reiterou que continuará acompanhando o caso até que todos os envolvidos sejam julgados.

João Damaceno não pôde participar da sessão de ontem porque seu credenciamento como assistente da promotoria só foi homologado no fim da tarde de sexta-feira, dia 31, mas esteve no Fórum Desembargador Sarney Costa acompanhando os depoimentos. A partir de hoje ele começa a atuar no caso, a pedido do presidente do Sinjor/SLZ, Douglas Cunha. "Nós instituímos o advogado João Damaceno para acompanhar melhor o caso. É do nosso interesse que todos os envolvidos no caso sejam

julgados", afirmou.

O sindicato está empenhado em garantir justiça no caso Décio Sá. Em julho do ano passado, durante encontro com desembargador Antônio Guerreiro Júnior, então presidente do Tribunal de Justiça (TJ), Douglas Cunha manifestou a preocupação da categoria com o andamento e o destino da ação penal que apura a morte do colega, afirmando que o crime contra Décio Sá não tem precedentes na história do jornalismo maranhense e exige do poder público uma posição mais austera.

Ontem, o presidente do sindicato afirmou que acredita na condenação dos dois acusados, pois as provas reunidas durante toda a investigação policial são suficientes para comprovar a participação da dupla no assassinato de Décio Sá. "Estamos acompanhando o processo desde o início. Não só a investigação policial, mas o trabalho feito pelo Ministério Público ao longo de todo o processo", disse Douglas Cunha.

Forte esquema foi montado para garantir a segurança no fórum

Policiais civis, militares, federais e do Corpo de Bombeiros participaram das operações; até detector de metal foi usado

Jock Dean
Da equipe de O Estado

Para garantir que o julgamento de Jhonatan de Sousa Silva e Marcos Bruno Silva de Oliveira, os primeiros dos 11 acusados de participarem da trama armada para assassinar o blogueiro e jornalista de O Estado Décio Sá ocorra sem contratemplos, a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP) montou um esquema de segurança com participação de policiais civis, militares e Corpo de Bombeiros. Participam ainda agentes penitenciários federais, que estão fazendo a escola de Jhonatan Silva.

Jhonatan de Sousa Silva, assassino confesso de Décio Sá, e Marcos Bruno Silva de Oliveira, apontado pelas investigações como o piloto de fuga do executor do jornalista, foram pronunciados a júri popular pelo titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri, o juiz Osmar Gomes, em agosto do ano passado após a fase de instrução. O julgamento teve início ontem e a previsão é que seja encerrado amanhã com a pronúncia da

sentença no início da noite.

A SSP não divulgou números do contingente policial empregado na operação montada para garantir a segurança no auditório José Ramos Filgueiras, onde está ocorrendo o salão do júri, mas somente na parte interna do salão, 12 homens fizeram a escolta dos acusados e a guarda do corpo de promotores, advogados de defesa e da plateia de cerca de 100 pessoas que foram assistir ao primeiro dia de sessão.

Acompanhamento - Os agentes penitenciários federais vieram acompanhando Jhonatan de Sousa Silva, que está preso na Penitenciária Federal de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul e veio a São Luís para participar do julgamento. Ele chegou à capital na tarde de domingo (2), em um voo comercial. Ao chegar, o acusado foi levado inicialmente para o Instituto Médico Legal (IML) para exames de rotina e em seguida foi encaminhado à sede da Superintendência de Polícia Federal, na Cohama, de onde saiu na manhã de ontem para o Fórum Desembargador Sar-

ney Costa, onde chegou pouco depois das 7h. Jhonatan Silva fica em São Luís até o fim de todas as sessões e o anúncio do veredito, o que deve ocorrer no início da noite de amanhã.

Os homens do Corpo de Bombeiros estão fazendo a guarda da entrada do salão do júri. Todas as pessoas que chegam ao local são revistas antes de entrarem na sala. Detectores de metal estão sendo usados na revista e a orientação é que desliguem seus celulares.

Familiares - A sessão foi transferida para o auditório José Ramos Filgueiras, no térreo, porque o espaço do 1º Salão do Júri, no primeiro andar no fórum, não seria suficiente para a realização das reuniões. No auditório há cerca de 100 lugares disponíveis para os interessados em assistirem ao júri. Entre os espectadores, magistrados, advogados, estudantes de Direito e familiares e amigos do jornalista Décio Sá. Silvana Sá, viúva do jornalista, assistiu à sessão de ontem, mas não quis conversar com os jornalistas. Quem também esteve presente no Fórum Desembargador Sarney Costa foi a mulher de Jhonatan Silva, acompanhada da filha do casal, que tem cerca de um ano, mas ela teve que deixar a sessão a pedido do

juiz Osmar Gomes, por causa da criança. O pai do assassino confesso de Décio Sá também acompanhou o primeiro dia de julgamento, mas nenhum dos dois quis falar com a imprensa.

Júri - Quatro homens e três mulheres foram escolhidos, na manhã de ontem, para julgar os acusados do assassinato do jornalista Décio Sá, Jhonatan de Sousa Silva e Marcos Bruno Silva de Oliveira. Antes de ouvir as testemunhas, o juiz sorteou os membros do júri. A defesa dispôs cinco pessoas, mas a acusação manteve suas testemunhas. Todos os jurados são funcionários públicos e servidores de instituições estaduais e federais. Os quatro homens têm idade entre 45 e 60 anos e as mulheres, entre 30 e 50 anos.

Segundo a assessoria do tribunal, eles fazem parte do Conselho de Sentença da 1ª Vara do Tribunal do Júri e ficam à disposição da Justiça para julgar casos durante cerca de quatro meses. Nestes casos, o magistrado é responsável pela condução do julgamento e aplicação da dosimetria das penas. A partir do momento em que são sorteados e aceitos, os jurados devem ficar incommunicáveis. Eles são encaminhados para apartamentos onde ficam isolados.

Depoimentos contraditórios marcam tarde de julgamento

NELSON MELO

Dando continuidade ao primeiro dia de julgamento de dois acusados pela morte do jornalista Décio Sá – Jhonathan Silva e Marcos Bruno –, no turno vespertino, duas pessoas – sendo uma, o vigia do bar instalado ao lado da “cena do crime”; e outro, o garçom que atendeu ao blogueiro no dia da execução – depuseram, mas os promotores e os advogados de defesa detectaram contradições nos depoimentos prestados por eles ontem (3), em juízo, e na Delegacia de Homicídios, dias após o assassinato. O primeiro estava bastante nervoso e o segundo reagia como se não gostasse das indagações do promotor Rodolfo Soares dos Reis, que o provocou perguntando se estava com medo de alguma coisa.

Após o intervalo para o almoço, o julgamento foi recomeçado, por volta das 14h30, quando o juiz Osmar Gomes chamou o vigia do

quiosque instalado ao lado do Bar Estrela do Mar, onde Décio Sá foi executado. Entre questionamentos do promotor Rodolfo Soares, o depoente (bastante apreensivo e nervoso) confessou que, na Delegacia de Homicídios, disse que o executor tinha mais ou menos 1,70 de altura; mas, ao ser indagado pelos advogados de defesa, ficou constatado que ele não reconhece a própria estatura, alegando que “esqueceu”. Ademais, o ex-vigilante daquele estabelecimento descreveu, no documento anterior, que a moto utilizada para a fuga era uma CG; porém, em juízo, declarou que não tem noção de “marcas de motocicletas”, e que não sabe ler nem escrever, tendo assinado o seu primeiro depoimento, mesmo sendo analfabeto.

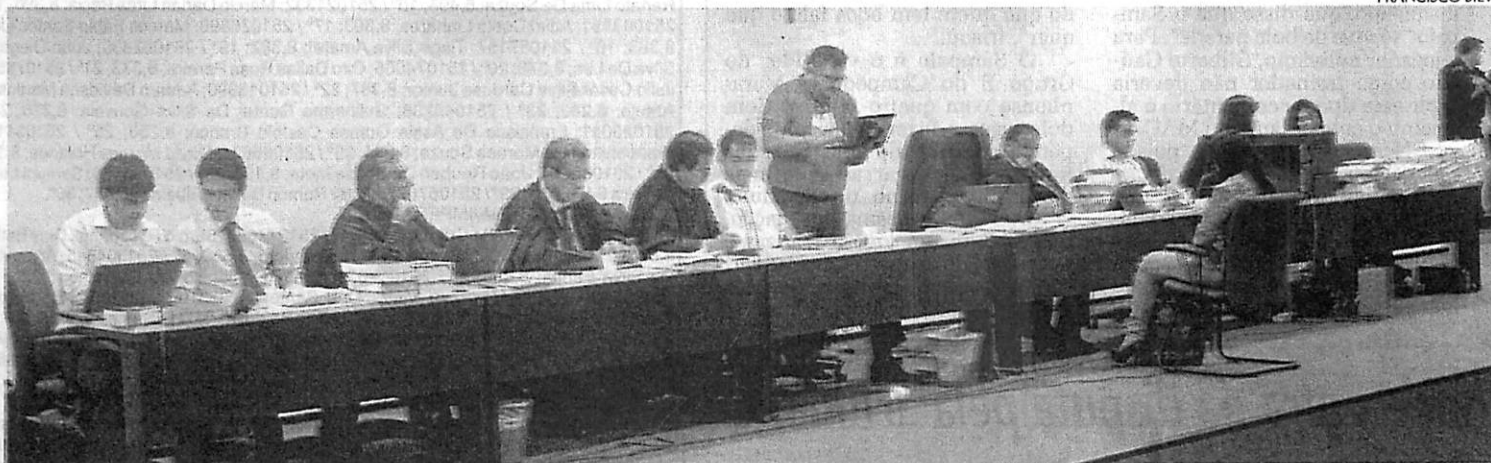
A testemunha, ao final do depoimento, disse que, depois do crime, pediu demissão do emprego, pois temia ser morto pelos mandantes do caso. Após mais de uma hora sendo questionado, foi a vez de o garçom ser indagado pelo pro-

motor Rodolfo Soares. Ele relatou que, no momento em que Décio Sá chegou ao bar, por volta das 22h, estava atendendo a um casal, e que o jornalista perguntou se estavam servindo caranguejada; o que levou o funcionário a responder afirmativamente. O garçom disse que, enquanto aguardava a refeição, Décio pegou uma cadeira e se sentou do lado de fora do estabelecimento, “de costas para a avenida”. Naquele momento, prosseguiu ele, o jornalista ligou para alguém, por meio do seu celular, e que, minutos depois, o executor (sem tê-lo visto entrando) chegou ao quiosque, puxando o blogueiro pelo ombro e atirando na vítima. Ao vê-lo, Décio teria dito “É, rapaz, o que é isso?”.

Só que, diferentemente do que contou no auditório do Tribunal do Júri, o depoente, na Delegacia de Homicídios, relatou que viu o momento no qual o atirador caminhava pelo calçadão em direção ao bar, e que “nem pensou que ia entrar no estabelecimento”. Entre-

tanto, no Fórum, a testemunha se defendeu dizendo que pediu para o escrivão deletar esta parte, pois de fato, não teria notado a presença do executor. Ao ser indagado novamente, por Rodolfo Soares ele lembrou que, no início do depoimento, afirmou que olhou Jhonathan de longe, não o reconheceu, posteriormente, apenas pelo porte físico, mas não pelo rosto. O promotor, então, perguntou “De que você está com medo?”. O garçom, por sua vez, respondeu que era um direito dele se negar a certas coisas. O juiz Osmar Gomes interveio, ordenando que as perguntas tivessem caráter objetivo, para que as respostas também fossem, a fim de acabar com aquele “diz que me diz”, conforme expressão utilizada pelo magistrado.

O julgamento se estendeu até a noite de ontem e terá continuidade nesta manhã, sendo finalizado somente na quarta-feira (5), quando os dois réus irão passar pelo Tribunal do Júri Popular.



FRANCISCO SILVA

INTERROGATÓRIOS das testemunhas do “Caso Décio Sá” prosseguem durante esta terça-feira

Agressor deve manter distância mínima de 200 metros de agredida

Por determinação da juíza Livia Maria da Graça Costa Aguiar, Cleopas Isaías Santos deve manter uma distância mínima de 200 metros de Karina Freitas Chaves, bem como do lar e dos familiares da mesma.

A decisão faz parte das medidas protetivas de urgência decretadas pela magistrada durante o Plantão Criminal do Fórum de São Luís, no domingo (2). A determinação atende à representação oferecida pela requerida (Karina), durante o plantão de polícia da Central da Beira-Mar.

Na representação, Karina alega temer pela própria integridade física e psicológica em função de agressão sofrida por parte do homem que, segundo ela, seria seu (dela) companheiro. Karina afirma ainda que essa não foi a primeira vez que o homem a agrediu.

Promotor original do caso entrou de férias

Segundo o juiz Osmar Gomes dos Santos, foram arroladas 16 testemunhas para depor no julgamento de Jhonathan Sousa e Marcos Bruno. Porém, somente 11 seriam ouvidas, sendo cinco de acusação e seis de defesa. O magistrado afirmou que, em decorrência da complexidade e cautela que o caso requer, foram necessários três dias para a realização do julgamento (3, 4 e 5 de janeiro).

“Não há uma ordem cronológica a seguir em relação aos julgamentos dos acusados. Tudo depende do trânsito em julgado dos recursos impetrados pelos advogados dos outros acusados contra a pronúncia. A previsão é de que o próximo julgamento seja do acusado Shirliano Graciano de Oliveira, que, apesar de estar foragido, se fez representar por advogado a todos os atos do processo. O prazo de 90 dias, publicado em edital para contestações ou alegações já está expirando e a falta de manifestação do acusado nos dá essa previsibilidade”, explicou.

A atuação dos promotores de Justiça Rodolfo Soares, Benedito Coroba e Haroldo Paiva, se deu em razão do autor da denúncia, o também promo-

tor Luís Carlos Correia Duarte, estar em período de férias, e, portanto, afastado das audiências. “É um direito que cabe ao promotor Duarte, gozar suas férias”, disse o juiz Osmar Gomes.

De acordo com o corpo de acusação o processo não será prejudicado, uma vez que os promotores estariam habilitados e qualificados para agirem durante o processo.

“Temos ampla e larga experiência no Tribunal do Júri e há semanas estamos estudando e trabalhando neste processo. Não haverá riscos ou lacunas, pois o ofício de todo promotor é sempre se inteirar do caso. A fim de estar devidamente representado, o Ministério Público nos designou. Afinal, este é um processo complexo e extenso, com pelo menos 26 volumes e mais de 80 horas de áudio, por isso de nossa convocação. Seremos contundentes e firmes em nossa tese para que todos os acusados sejam condenados. Estamos solicitando ainda a coleta de novas provas para sustentar uma nova denúncia contra o acusado Ronaldo Henrique Santos Ribeiro, que acabou sendo impronunciado, em outubro do ano passado”, declarou. (OV e JC)

ISMAEL ARAÚJO

"O Mutirão Carcerário é apenas uma solução paliativa para amenizar a crise do sistema penitenciário do estado, pois o ideal seria que houvesse pelo menos um defensor público trabalhando de forma atuante em cada comarca", afirmou o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef), Dinarte Freitas, durante visita ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, na tarde de ontem.

Ele ainda afirmou que 85% das comarcas no estado não contam com o serviço deste profissional e veio ao Maranhão acompanhar o trabalho que está sendo desenvolvido pelos integrantes da Força Nacional da Defensoria Pública, em Pedrinhas, desde o último dia 27.

Ainda de acordo com o presidente da Anadef, essa "falta de defensores públicos foi um dos fatores que gerou a crise penitenciária maranhense", pois para Dinarte, a quantidade de defensores para atender uma demanda acima de 2.000 presos, é muito pouca. No Maranhão, em nível de estado existem apenas 27 defensores; e a nível federal, o total é de ape-

nas oito. Sem a presença de nenhum representante da Defensoria Pública da União (DPU), no interior do estado. "Temos subseções da DPU em Caxias e Imperatriz, mas, não temos um profissional permanente nestas cidades, mas, iremos tentar solucionar essa problemática no decorrer deste ano", declarou.

Ele deixou de comentar que esse problema é nível de Brasil e essa mesma crise já ocorreu em Santa Catarina e Paraná, no ano passado. Atualmente, há 710 cargos vagos, mas o concurso para o preenchimento de 100 vagas previsto para ocorrer ainda neste ano não poderá ser realizado pela falta de recursos para o quadro de pessoal do órgão.

Visita in loco

Dinarte Freitas chegou ao Maranhão no começo da tarde de ontem, e está programado para a manhã de hoje, fazer uma fiscalização em companhia de outros defensores o trabalho dos integrantes da Força Nacional. Um dos primeiros pontos a ser visitado é o Centro de Detenção Provisória (CDP). Ele disse que essa vistoria resultará em um relatório que será enviado ao Ministério da Justiça. Esse documento ainda servirá de registro para a Anadef, pois isso

é de suma importância para identificar o quanto é importante o trabalho de um defensor público.

Para Dinarte Freitas, esse profissional garante efetividade no acesso à justiça e à educação em direitos à população mais pobre. É um elemento de transformação da realidade social, permitindo que aquelas pessoas mais carentes possam ter acesso à informações sobre seus direitos e viabilize o ingresso de demandas administrativas e judiciais para pleiteá-las.

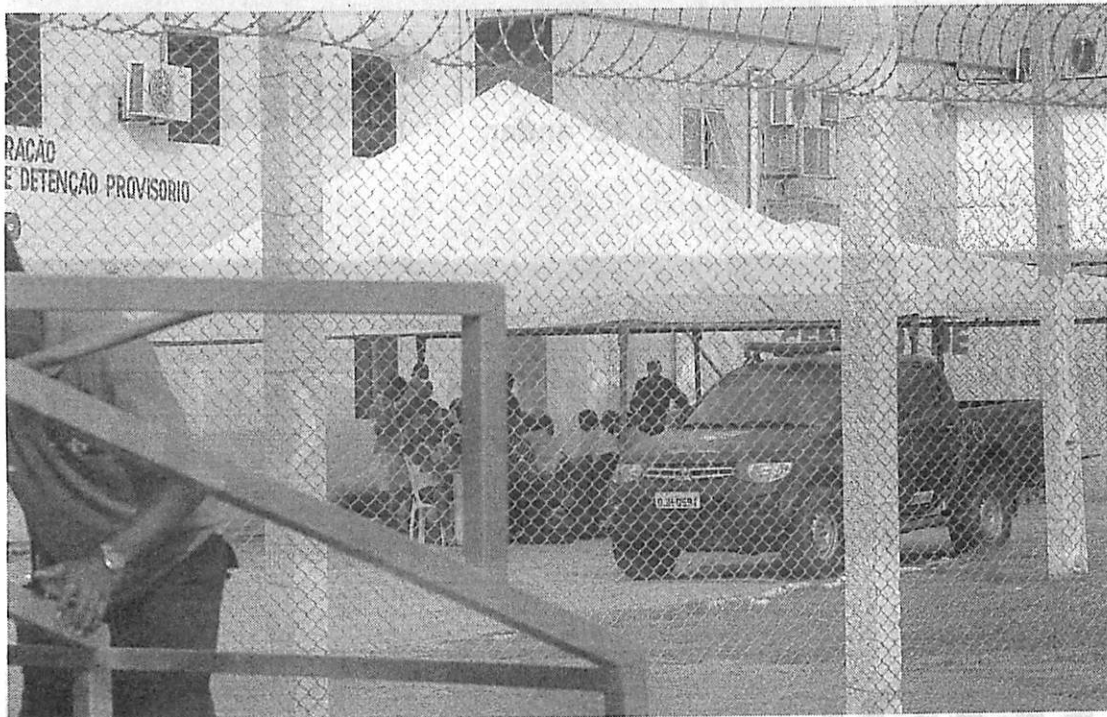
Já segundo a direção do Mutirão Carcerário, os trabalhos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas estão a todo vapor e mais de 454 processos estão sob análise e até o momento cerca de 150 presos foram entrevistados durante a etapa presencial nos presídios. Como ainda 15 presos ganharam a liberdade e os trabalhos devem ser estender até o próximo dia 10.

Apenas, no primeiro dia de trabalho, que ocorreu na terça-feira passada, o montante de entrevistas feitas pelos defensores chegou a 60 e o objetivo desse mutirão é atender a todos os 2.0704 internos de Pedrinhas e destes há 1.525 são provisórios, que ainda não foram julgados.

» Anadef

A Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais é uma entidade de classe de âmbito nacional, que representa a Defensoria Pública da União (DPU) e a carreira dos Defensores Públicos da União desde sua criação com a edição da Lei Complementar n. 80/94, em determinação aos artigos 5º, inciso LXXIV e 134 da Constituição Federal de 1988. Entre seus objetivos, está o fortalecimento da DPU e da carreira. Originalmente chamada de Associação Nacional dos Defensores Públicos da União - ANDPU, a entidade passou a se intitular Anadef a partir da sanção da Lei Orgânica da Defensoria Pública, em 2009, que criou nova denominação aos Defensores Públicos. A associação se dedica à temática da assistência jurídica integral, gratuita e pública aos necessitados, defendendo os agentes políticos responsáveis por essa atribuição: os defensores públicos.

“Falta de defensores gerou a crise”



Mutirão ocorre dentro do Complexo Penitenciário de Pedrinhas para acelerar os processos dos detentos

Duração

O juiz Osmar Gomes, presidente do Tribunal do Júri, estimou ontem o tempo de duração do julgamento do assassino confesso do jornalista Décio Sá, e o comparsa que lhe deu fuga.

Na sua avaliação, o julgamento de Jhonatan de Sousa e Marcos Bruno de Oliveira durará três dias.

Ao todo, serão ouvidas 11 testemunhas, cinco de acusação e seis de defesa.



Sistema Carcerário

É hoje a Reunião de Comissão do Sistema Carcerário, promovido pelo Conselho Federal da OAB, em Brasília. O presidente da OAB/MA, Mário Macieira (**foto**), participa da reunião, que dá o início oficial às atividades da Coordenação de Acompanhamento do Sistema Carcerário.



Poder Judiciário do Maranhão Tribunal de Justiça Assessoria de Comunicação

Clipping Digital

Terça, 04 de fevereiro de 2014

TJMA: Dívidas de IPTU também podem ser negociadas

Município de São Luís buscou o Centro de Conciliação do Fórum Des. Sarney Costa para firmar acordos em ações relativas ao imposto.

04/02/2014 00h00

Município de São Luís buscou o Centro de Conciliação do Fórum Des. Sarney Costa para firmar acordos em ações referentes a IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). São processos que tramitam nas Varas da Fazenda Pública exclusivas de execução fiscal. A primeira reunião para tratar do assunto ocorreu nesta quarta-feira (29), entre o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, e a procuradora fiscal do Município, Anne Karole Fontenelle de Brito.

Tramitam atualmente nas três Varas da Fazenda Pública exclusivas de execução fiscal (8ª, 9ª e 10ª varas) cerca de 20 mil processos referentes ao município, sendo que aproximadamente 80% desse total são relativos a IPTU. O coordenador do núcleo e a procuradora do município ainda vão se reunir com os juízes titulares dessas unidades judiciárias para discutir sobre o assunto.

Segundo Alexandre Abreu, a situação de inadimplência no pagamento do IPTU prejudica o próprio dono do imóvel, pois, conforme explica o magistrado, impossibilita a transferência formal do bem e eventuais acessos a linhas de financiamentos imobiliários, inclusive para reformas.

De acordo com o coordenador do núcleo, a proposta de se realizar audiências no Centro de Conciliação visa à busca de acordo entre os contribuintes inadimplentes e o município, para que os proprietários de imóveis possam regularizar a situação dentro da sua capacidade de pagamento. Anne Karole Fontenelle ressaltou que o Município de São Luís tem buscado várias formas de compor com os contribuintes, inclusive com benefícios de isenção de juros e multas dos débitos tributários. “A parceria com o Centro de Conciliação trará benefícios para a população, ajudará a desafogar as Varas da Fazenda Pública com a resolução desses processos judiciais, fazendo também com que o município possa cumprir seu papel de agente de transformação social”, acrescentou a procuradora fiscal.



Publicado em 03-02-2014 17:55:47.

Dívidas de IPTU poderão ser negociadas nos centros de conciliação do TJMA

O Município de São Luís buscou o Centro de Conciliação do Fórum Desembargador Sarney Costa para firmar acordos em ações referentes a Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

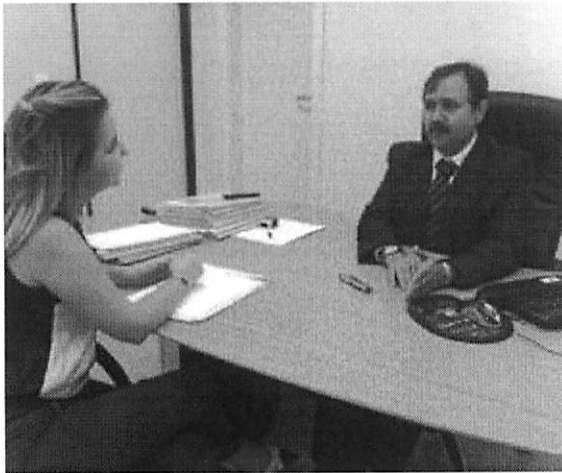
Segundo o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, a situação de inadimplência no pagamento do IPTU prejudica o próprio dono do imóvel, pois, conforme explica o magistrado, impossibilita a transferência formal do bem e eventuais acessos a linhas de financiamentos imobiliários, inclusive para reformas.

De acordo com o coordenador do núcleo, a proposta de se realizar audiências no Centro de Conciliação visa à busca de acordo entre os contribuintes inadimplentes e o município, para que os proprietários de imóveis possam regularizar a situação dentro da sua capacidade de pagamento.



Centros de conciliação - 03/02/2014 às 14h01

Dívidas de IPTU poderão ser negociadas nos centros de conciliação do TJMA



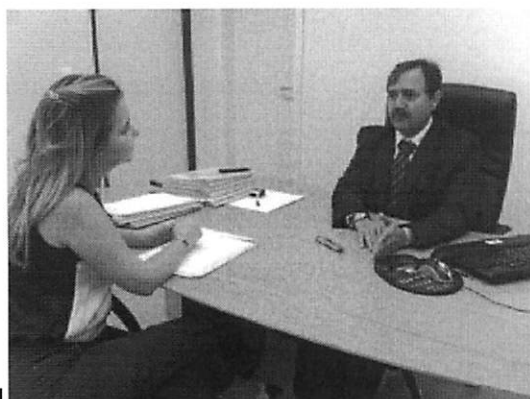
O Município de São Luís buscou o Centro de Conciliação do Fórum Des. Sarney Costa para firmar acordos em ações referentes a IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). São processos que tramitam nas Varas da Fazenda Pública exclusivas de execução fiscal. A primeira reunião para tratar do assunto ocorreu nesta quarta-feira (29), entre o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, e a procuradora fiscal do Município, Anne Karole Fontenelle de Brito.

Tramitam atualmente nas três Varas da Fazenda Pública exclusivas de execução fiscal (8ª, 9ª e 10ª varas) cerca de 20 mil processos referentes ao município, sendo que aproximadamente 80% desse total são relativos a IPTU.

Publicado em: 03/02/2014 - 12:28 Fonte: TJMA

Dívidas de IPTU poderão ser negociadas nos centros de conciliação do TJMA

Município de São Luís buscou o Centro de Conciliação do Fórum Des. Sarney Costa para firmar acordos em ações referentes a IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). São processos que tramitam nas Varas da Fazenda Pública exclusivas de execução fiscal. A primeira reunião para tratar do assunto ocorreu nesta quarta-feira (29), entre o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, e a procuradora fiscal do Município, Anne Karole Fontenelle de Brito.



Juiz Alexandre Abreu e a procuradora do Município Anne Karole de Brito

Tramitam atualmente nas três Varas da Fazenda Pública exclusivas de execução fiscal (8ª, 9ª e 10ª varas) cerca de 20 mil processos referentes ao município, sendo que aproximadamente 80% desse total são relativos a IPTU. O coordenador do núcleo e a procuradora do município ainda vão se reunir com os juízes titulares dessas unidades judiciárias para discutir sobre o assunto.

Segundo Alexandre Abreu, a situação de inadimplência no pagamento do IPTU prejudica o próprio dono do imóvel, pois, conforme explica o magistrado, impossibilita a transferência formal do bem e eventuais acessos a linhas de financiamentos imobiliários, inclusive para reformas.

De acordo com o coordenador do núcleo, a proposta de se realizar audiências no Centro de Conciliação visa à busca de acordo entre os contribuintes inadimplentes e o município, para que os proprietários de imóveis possam regularizar a situação dentro da sua capacidade de pagamento. Anne Karole Fontenelle ressaltou que o Município de São Luís tem buscado várias formas de compor com os contribuintes, inclusive com benefícios de isenção de juros e multas dos débitos tributários. "A parceria com o Centro de Conciliação trará benefícios para a população, ajudará a desafogar as Varas da Fazenda Pública com a resolução desses processos judiciais, fazendo também com que o município possa cumprir seu papel de agente de transformação social", acrescentou a procuradora fiscal.



Região Tocantina - 03/02/2014 às 22h35

Presidente do TJMA se reúne com magistrados e advogados da Região Tocantina

A presidente do Tribunal de Justiça do MA, desembargadora Cleonice Freire, cumpriu agenda de trabalho de dois dias em Imperatriz, onde se reuniu com juízes, representantes da OAB da Região Tocantina, o prefeito do município, Sebastião Madeira, e visitou a Casa da Criança da cidade.

Em reunião de trabalho com o diretor do fórum da Imperatriz, Delvan Tavares, e os juízes da comarca, na noite de quinta-feira (30), a presidente do TJMA tratou de assuntos administrativos e recebeu sugestões de medidas visando ao aprimoramento dos serviços judiciários.

Entre os assuntos discutidos estão a gravação eletrônica de audiências, a necessidade de mais servidores nas unidades jurisdicionais com elevado número de processos, e espaço físico para o desempenho das atividades de magistrados e servidores.



Dia 03/02/2012

Membros da secção maranhense do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) estiveram reunidos nesta segunda-feira (03), para tratar das metas e objetivos de divulgação local da entidade, que atua em todos os estados e no Distrito Federal, acompanhando as demandas da sociedade na área de Direito de Família e buscando atendê-las com estudos, reflexões e alterações na legislação.

Participaram do primeiro encontro a servidora do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) Bruna Barbieri (presidente do IBDFAM-MA), o desembargador Lourival Serejo (vice-presidente), a procuradora de Justiça Mariléa Costa (diretora), Thyenes Correa (conselheira fiscal) e Eduardo Correa (tesoureiro).

Segundo Bruna Barbieri, o Instituto reúne mais de seis mil profissionais de diversas áreas envolvidas com o Direito de Família, como advogados, juízes, psicólogos, assistentes sociais e conselheiros tutelares, em torno da discussão e estudo de questões modernas, jurídicas ou não, servindo como um canal para troca de experiências. No Maranhão, trabalhamos para que esse canal funcione para discutirmos as questões mais relevantes e contemporâneas referentes à família, explica.

Para a diretora Mariléa Costa, o órgão pretende atingir assistentes sociais, psicólogos, analistas judiciários e assessores que lidem com demandas familiares. O objetivo é divulgar o trabalho do instituto e buscar informações sobre as mudanças nas questões de família, desde a Constituição Federal

Mais informações sobre o IBDFAM podem ser acessadas no endereço eletrônico do IBDFAM.